

Pelos caminhos das aldeias: um estudo sobre dinâmicas territoriais e mobilidade dos povos indígenas no Baixo São Francisco¹

Maria Alane dos Santos (UFPB/PB)

Palavras-chave: indígenas, mobilidade e território.

Este trabalho decorre da minha pesquisa de doutorado (em andamento) sobre as dinâmicas territoriais de grupos indígenas localizados na região do Baixo São Francisco. A pesquisa está sendo realizada em três comunidades: Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó, localizadas entre os estados de Alagoas e Sergipe.

As famílias Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó há alguns anos vêm se organizando e se articulando na busca por novos territórios, a partir do processo de aquisição de terras, acionando os órgãos públicos para tal. É importante mencionar que um processo de aquisição de terras não se confunde com terras de ocupação tradicional, pois o processo de aquisição está relacionado à destinação de terras à ocupação e posse pelos indígenas, a partir da aquisição desses territórios pela União, por outro lado, a ocupação tradicional é definida pela Constituição Federal como direito originário e enfatiza o vínculo constitutivo mútuo entre a terra e a coletividade. No caso, as famílias Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó optaram pela aquisição de terras.

Segundo o Ministério Público Federal², a aquisição de território é feita quando é comprovada a existência de um conflito no qual é impossível uma conciliação na área da comunidade indígena ou a impossibilidade do retorno às terras tradicionalmente

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Ver: <https://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-ajuiza-acao-para-cobrar-o-assentamento-de-indigenas-pankariri-em-area-adequada>

ocupadas. Essas comunidades relatam dificuldades em sua permanência nas terras indígenas Kariri-Xocó.

A história dessas famílias se desenvolve dentro da formação, conservação e transformação desses ambientes. É importante mencionar que quando me refiro a ambientes utilizo como referência as autoras Barbosa da Silva (2009) e Araújo (2019), que vão trabalhar a noção de ambiente como sendo “um componente territorial, ou seja, uma dimensão política de controle sobre o espaço onde os grupos sociais vivem e se relacionam”. (Araújo, 2019, p.3). Ainda de acordo com Araújo (2019), os membros dos grupos constroem suas relações a nível territorial, através do uso dos ambientes. Sendo assim, é interessante compreender como essas famílias se apropriam e fazem usos desses ambientes.

Ao conhecer os Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó, foi possível identificar que a busca por novos ambientes parte de uma família ou grupos de famílias específicas que a partir de conflitos internos reivindicam novos territórios, sendo assim, acabam realizando processo de mobilidade.

Existem vários elementos que estão por trás da prática da mobilidade como, por exemplo: a busca por atividades produtivas; participação em rituais; disponibilidade de locais que comportem recursos naturais; proximidade de parentelas aliadas, sendo a rivalidade com os vizinhos um acontecimento suficiente para provocar o deslocamento[...] (URQUIZA e MUNHÓS, 2017, p.5). Segundo as lideranças Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó os povos indígenas sempre viveram em grupos e quando eles se desentendiam eles saíam daquele local e iam para outro. Para eles essa movimentação de buscar novos territórios é uma forma de resolução de conflitos.

Para entendermos o processo de mobilidade dos povos indígenas é importante levarmos em consideração que esse processo foi e é importante na influência de modos de vida da população indígena. De acordo com Little (1994), desde tempos anteriores, as pessoas sempre estão em estado de movimentação, situação que tende a criar um estado de desterritorialização e reterritorialização. As famílias Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó realizam um movimento de busca de novos espaços, isso acaba criando novas configurações, organizações e relações.

A movimentação dessas famílias inicia um novo processo de territorialização que acaba influenciando na forma como essas famílias vão se organizando. Se levarmos em consideração a história dos povos indígenas no Nordeste que é a do contínuo rearranjo das fronteiras étnicas dentro de processos históricos concretos de territorialização (João Pacheco de Oliveira, 2022). A imposição de limites físicos acabou produzindo injunções para a formação de grupos étnicos discretos ao reunir famílias de origem diversas ou separar parentes em territórios distintos. A aldeia Kariri-Xocó acaba sendo um exemplo desse processo, pois a comunidade agrupa uma diversidade de coletividades étnicas no mesmo território formando por famílias que caracterizam o grupo étnico Kariri-Xocó.

Nesse contexto, as famílias Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó acabam sendo resultado de consecutivos processos de territorialização, o que corroborou para a organização espacial em que se encontram atualmente. O processo de territorialização impactou profundamente a realidade desses grupos, e acabou atribuindo novos significados aos seus territórios. Dito isso, as famílias Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó estão buscando ter mais autonomia organizacional. Sendo assim, essas famílias acabam desempenhando um papel importante na produção e formação de novas unidades sociais e territoriais.

Aldeamento de Porto Real do Colégio

A história das comunidades Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó está relacionada ao grupo indígena Kariri-Xocó. Durante muitos anos estes povos viveram juntos nas terras indígenas Kariri-Xocó e criaram laços que são mantidos até hoje. As relações de parentesco, a partir de casamento, da partilha de rituais e de afinidade se formam a partir de conexões e manutenção de vínculos.

O contexto histórico dos Kariri-Xocó é similar aos demais grupos indígenas no Nordeste brasileiro, em diversos aspectos, são uma população que é resultado das diversas situações de contato interétnico vivenciado pelas populações indígenas desde a chegada dos colonizadores. Nesse contexto, o próprio etnônimo Kariri-Xocó está relacionado à união entre os (as) Kariri e parte dos Xocó.

Segundo Santos (2020, p.25) até o final do século XIX, os indígenas da antiga Missão de Colégio se autodenominavam Kariri. Nesse sentido, Neto (2018) aborda a existência de registros da grande mobilidade do povo Kariri, seus domínios se revelaram vastos. Kariri (Karirí, Cariri) é um nome recorrente no Nordeste, e evoca uma grande

nação que teria ocupado boa parte do território dos atuais estados nordestinos, desde a Bahia até o Maranhão.

A partir de 1897, levadas sucessivas de índios Xocó, oriundas de Porto da Folha, à margem oposta do São Francisco, em Sergipe, começaram a ir em direção às terras dos Kariri. Assim como os outros indígenas no Nordeste, os povos Xocó de Porto da Folha-SE estavam fugindo dos invasores de suas terras. Os Xocó foram se amparar nas terras do Kariri em busca de refúgio.

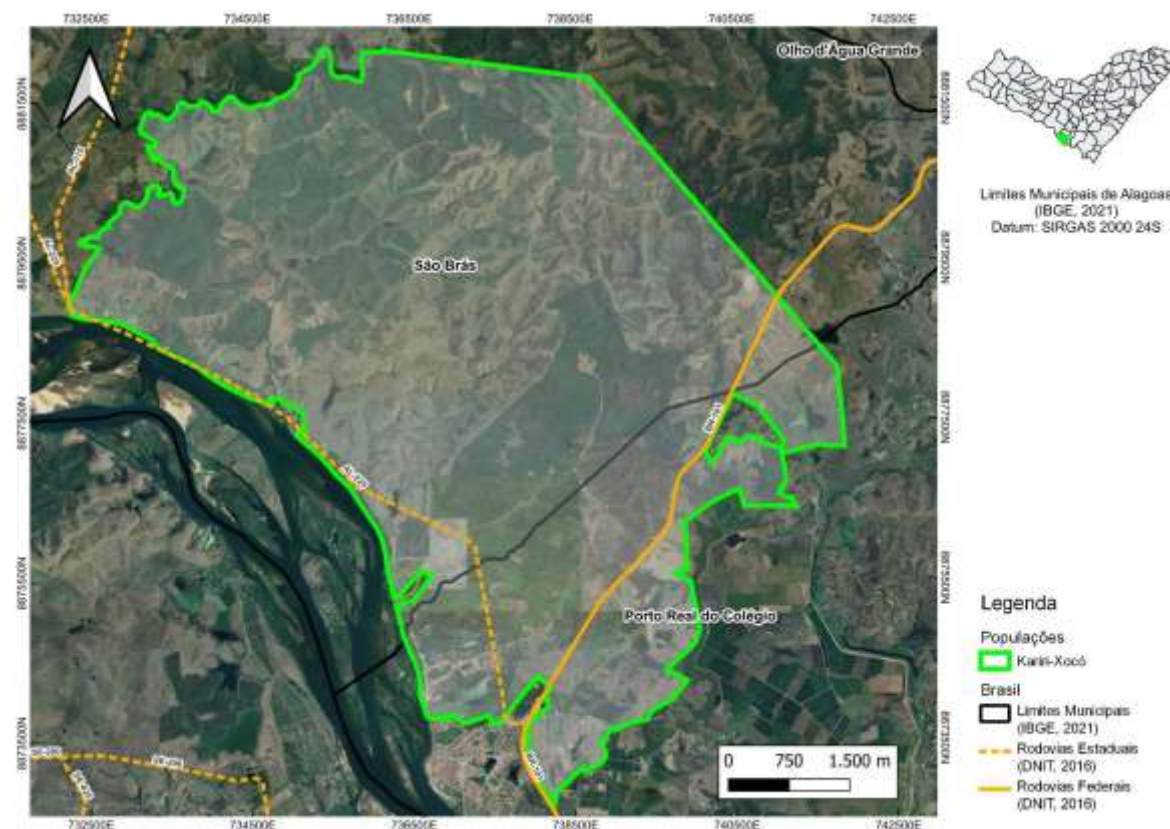
Ao longo do século XX, as terras ocupadas pelos Kariri-Xocó continuaram sofrendo um intenso processo de expropriação. Segundo Santos (2020), na década de 1940, os Kariri-Xocó dispunham de apenas 10 hectares espremidos entre as plantações de algodão e a área urbana do município de Porto Real do Colégio. Em 1944, começou o período em que a situação dos Kariri-Xocó foi de extrema pobreza, sem terra para plantio, acabaram vivendo nas periferias de Porto Real do Colégio.

No ano 1978 a comunidade Kariri-Xocó ainda estava vivendo em situação de extrema privação e pobreza, os indígenas na época decidiram ocupar a “Sementeira”, local desativado desde 1975. Foi somente em 19 de janeiro de 1993 que ocorreu a demarcação totalizando uma extensão contínua de 699,35 hectares, incluindo as terras da antiga “Fazenda Modelo da CODEVASF” (a “Sementeira”), as terras da antiga “Colônia”, as terras da “Mata do Ouricuri” e as terras do “Cercado Grande”. Esta área corresponde apenas a uma pequena parte das terras da antiga Missão de Colégio. (SANTOS, 2020).

Segundo relatório divulgado pela FUNAI no ano de 2001, a partir de novos estudos de identificação e delimitação da TI Kariri-Xocó foi constatado uma área de 4.419 hectares.

A Figura 1, logo abaixo, ilustra o tamanho atual das Terras Kariri-Xocó com uma área de 4.694 hectares foram homologadas pelo Decreto 11.508 - 28/04/2023, localizadas entre os municípios de São Brás e Porto Real do Colégio, no estado de Alagoas, na região do Baixo São Francisco.

Figura 1: Mapa da TI Kariri-Xocó em sua configuração atual



Santos, (2024).

Da terra Kariri-Xocó às terras Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó

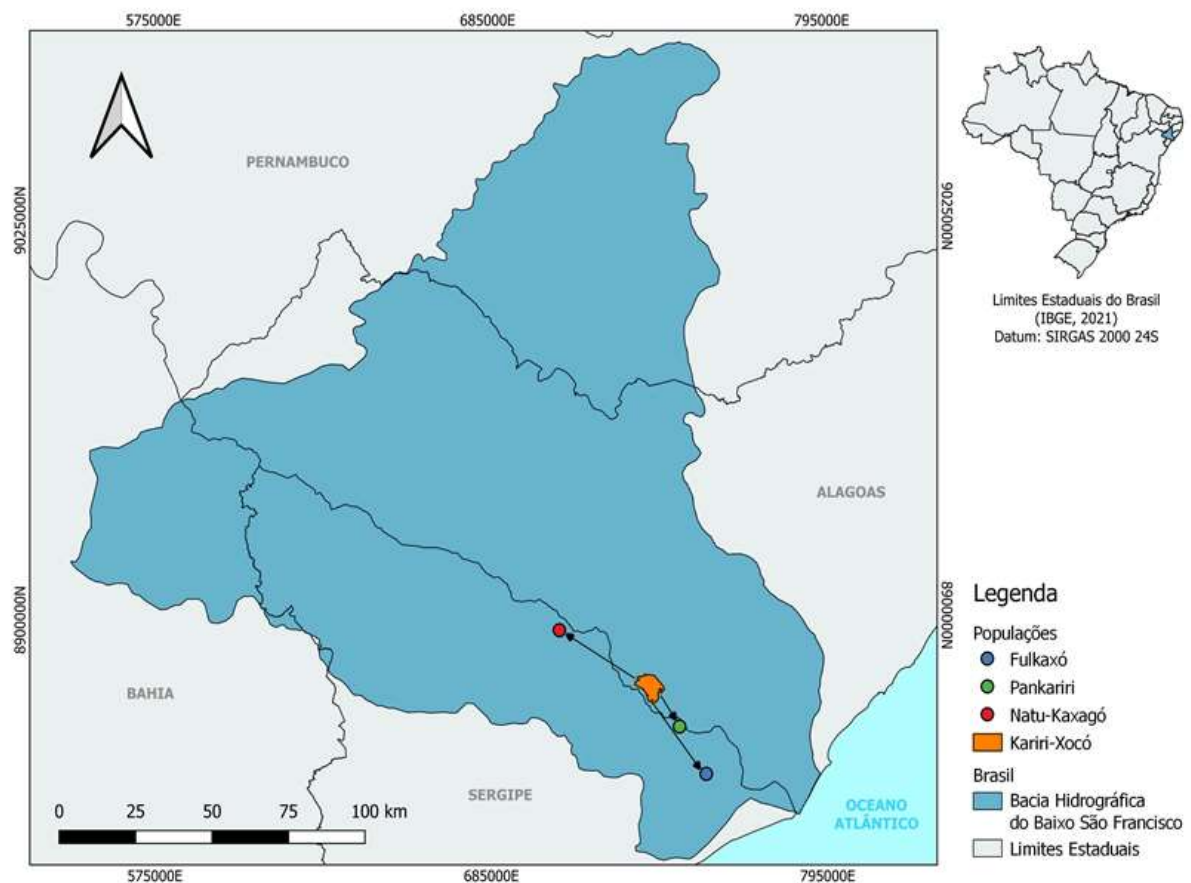
A relação dos povos indígenas com o território pode mudar com o passar do tempo, e a partir de novas perspectivas criam-se arranjos que estão presentes na compreensão de território, como é o caso dos povos indígenas que estão em processo de demarcação de terras ou até mesmo aqueles que vão morar nas cidades, num processo que pode até ser considerado similar ao explicado por Barbosa da Silva (2009) sobre ocupação e o uso do território entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, é importante compreender a forma como os povos indígenas formam novos territórios, ou seja, como eles fazem uso dos ambientes a partir da reconstrução simbólica atribuída ao território.

No caso dos Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó, foram os conflitos desencadeados dentro da aldeia Kariri-Xocó que resultaram em um processo de reorganização e

reelaboração sociocultural e política, motivando uma reavaliação da posição dessas famílias dentro desta comunidade.

A Figura 2 mostra as localizações dos novos territórios dessas comunidades, nela é possível perceber o processo de movimentação dos povos indígenas se localizando em volta da comunidade Kariri-Xocó.

Figura 2: Mapa da localização das comunidades Fulkaxó, Pankariri, Kaxagó e Kariri-Xocó.



Santos, 2024

Observando a movimentação dessas famílias percebe-se que as fronteiras não são tão rígidas: na realização desse movimento as relações estabelecidas entre elas passam por um processo de transformação, mas elas continuam mantendo laços que foram construídos dentro de um contexto de luta que pode ser considerado emblemático de processos de redefinição territorial e luta política, podendo ser entendidos como elementos de união entre essas comunidades.

Família Fulkaxó

Segundo a história contada pela liderança Fulkaxó as ações para aquisição de terras começaram nos anos 2006, pois nesse período já existia em algumas pessoas da família Cruz, o sonho de ocupar um espaço que os pertencesse. O nome Fulkaxó atribuído ao grupo é fruto da relação de três grupos indígenas: os Fulni-ô de Pernambuco, os Kariri de Porto Real do Colégio e os Xocó de Sergipe. A grande maioria dos Fulkaxó é descendente de seu Antônio Cruz, pai de cacique Tchydjo, do pajé Soyré e de outros filhos como a dona Josete que é fortemente atuante na causa dos Fulkaxó.

Os Fulkaxó em 2007 encaminharam à sede da FUNAI localizada em Maceió uma demanda reivindicando uma área territorial em virtude da insuficiência de terras e a discriminação que estavam sofrendo dentro da comunidade Kariri-Xocó. Eles fizeram um dossiê relatando as dificuldades de permanecerem nas terras Kariri-Xocó e a necessidade de ocuparem outro espaço.

A reivindicação territorial dos Fulkaxó foi registrada no Sistema de Terras Indígenas da FUNAI em 01/02/2008. Após uma busca realizada pelos Fulkaxó por um território em 2013, a FUNAI enviou um técnico com o intuito de realizar uma visita de reconhecimento do imóvel apontado pelos Fulkaxó para avaliar as condições e o valor do mesmo, diante da possibilidade de vir a ser adquirido pelo órgão para usufruto dos indígenas. Tratava-se de uma área de 555 hectares, parte da Fazenda Cadoz, denominada Cadoz de Cima.

Em relatório publicado em 2019 considerando normas como a Portaria/Funai nº 14, de 09 de janeiro de 1996, realizado pelo antropólogo Ivson José Ferreira, Portaria nº 1.104/Pres/Funai de agosto de 2018³. O estudo levou em consideração três imóveis na proposta de Reserva, referidos num contexto de terra contínua, ou seja; Cadoz de Cima; Cadoz de Baixo e aquele denominado área do IBAMA, sendo estas três áreas a atual reivindicação territorial Fulkaxó.

³ Este relatório circulou em grupos de whatsapp que debatem as questões indígenas em Sergipe e a partir disso tivemos acesso ao mesmo.

De acordo com dona Josete, cacique Tchydjo e o pajé Soyré, inicialmente foi aberto na FUNAI o processo que tinha como objeto a área conhecida como “Cadoz de Cima”, porém à medida que a terra foi analisada perceberam a importância da compra de toda extensão dos três imóveis, pois isso significaria uma maior possibilidade de sustento para a comunidade, porém já se passaram alguns anos desde o início desse processo.

Existem algumas dificuldades com relação à venda da fazenda Cadoz: segundo relatos da comunidade o proprietário que em um primeiro momento demonstrava interesse em vender a área desistiu da venda, pois acredita que o valor oferecido pelas terras não corresponde ao que ele acredita. Sendo assim, os Fulkaxó vão em busca de outro território e encontraram nas proximidades da fazenda Cadoz a Estação de Aquicultura Soloncy Moura em Pacatuba-SE, que por meio da aprovação do projeto de lei 534/2023 pela Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), e a parceria entre o governo de Sergipe e a FUNAI, possibilitou a transferência das terras em questão. No dia 26 de junho de 2024 foi realizada a transferência da Soloncy, território esse com área de 44,84 hectares.

É bom frisar que a compra da Soloncy não significa o fim da luta dos Fulkaxó, que ainda esperam que a FUNAI conclua a compra da fazenda Cadoz, pois consideram de extrema importância à aquisição de todo o imóvel, uma vez que a comunidade considera que o território é fundamental para a reprodução física e cultural do grupo. A comunidade é formada por mais de 80 famílias que têm o interesse de ocupar e constituir um território próprio localizado na fazenda que fica no Município de Pacatuba, no estado de Sergipe.

Em uma conversa que tive com a família Cruz, a escolha do território era importante, mas não poderia ser muito distante da comunidade Kariri-Xocó, pois existiam vínculos que não podem ser rompidos entre eles, como por exemplo, a participação do ritual do Ouricuri, e, além disso, existem laços de casamentos que foram construídos ao longo do tempo. Sendo assim, é de extrema importância permanecer próximo às terras Kariri-Xocó.

Outro ponto que colaborou para a escolha da área foi à conexão com seus ancestrais. Para os Fulkaxó, a terra veio para eles, pois permeia entre o grupo a sensação de que estão sendo chamados pelos seus antepassados. É importante enfatizar que a relação com o espaço que escolheram está relacionada com questões religiosas, culturais,

sociais, ecológicas e econômicas. Para os Fulkaxó a escolha do território se deu por considerarem que seja um lugar sagrado, uma terra indígena.

Famílias Pankariri

A história do povo indígena Pankariri que atualmente vivem localizados entre Porto Real do Colégio-AL e Propriá-SE é semelhante em alguns aspectos aos povos indígenas Fulkaxó e Kaxagó. É um grupo de famílias que se reuniram em busca de um novo espaço e estão se organizando e articulando para buscar melhores condições para a sobrevivência do grupo.

Os conflitos internos com a comunidade Kariri-Xocó e a impossibilidade de viverem na mesma terra motivou algumas famílias a comprarem uma pequena propriedade no estado de Sergipe, no município de Propriá. Segundo dados publicados pelo Ministério Público Federal⁴, doze famílias mudaram para Sergipe enquanto o restante permanece na TI Kariri-Xocó.

Dentro desse cenário, o Ministério Público Federal (2023) entrou com ação civil pública contra a FUNAI e a União exigindo que fossem adotadas medidas assistenciais imediatas à comunidade indígena Pankariri. Na ação foi levada em consideração a situação socioeconômica e cultural do grupo, bem como o risco de conflito interétnico decorrente da presença dos Pankariri nas terras Kariri-Xocó.

Levando em consideração a situação de vulnerabilidade dos Pankariri, em 2021, o MPF solicitou aos órgãos de agricultura e reforma agrária de Alagoas informações relacionadas à disponibilidade de terras públicas que pudessem ser direcionadas ao usufruto dos Pankariri. Na solicitação feita pelo MPF foi levado em consideração terras que sejam próximas da região de Porto Real do Colégio-AL (Ministério Público Federal, 2023).

Nesse contexto, a situação das famílias Pankariri que se encontram em Propriá-SE é complexa, visto que nas terras que vivem hoje existem muitas dificuldades. Para

⁴ Ver: <https://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-ajuiza-acao-para-cobrar-o-assentamento-de-indigenas-pankariri-em-area-adequada>

essas famílias é de extrema importância que sejam realizadas o processo de aquisição de terras.

Famílias Kaxagó

Atualmente as famílias que se identificam como Kaxagó vivem na Terra Indígena Kariri-Xocó, localizada no município de Porto Real do Colégio-AL, sendo contabilizado um total de 25 famílias. A história do povo Kaxagó é semelhante à de outros grupos indígenas no Nordeste que a partir do processo de expropriação de suas terras que aconteceu como avanços da colonização foram obrigados a sair de seu lugar de origem e passaram a viver em outro território.

De acordo com Silva (2015), já existiam relatos da presença do etnônimo Caxagó (Cayagós, Capajós) no estado de Sergipe. Segundo Santana:

O Aldeamento de São Felix de Pacatuba foi fundado por capuchinhos franceses no final do século XVII. Reuniu índios Carapotós, Caxagó e Natu. Tornou-se Vila no século XIX. Século em que a população era de setecentos índios, que se dedicavam à caça e pesca. (SOUZA, 1944: 41-42). A partir de 1835, passou-se a negar a existência de índios e ganharam vulto os conflitos, tendo como causa a presença de posseiros brancos e negros. As autoridades são dúbias, ora negando, ora atestando existir “um pequeno número de índios” completamente civilizados e misturados com a população. Os índios não se conformaram com a usurpação de seus domínios e procuraram as vias legais para retomá-los apelando, inclusive, ao Imperador em 1873. (Ofício do juiz Casemiro de Sena Madureira. Vila Nova, 04/03/1872. APES. Fundo G1, Pacote 1304; Ofício de Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão. Aracaju, 26/04/1873. APES. Fundo G1, Pacote 07). (SANTANA, 2011, p.2).

O aldeamento de Pacatuba foi tido como um dos principais aldeamentos localizado no Estado de Sergipe e o de maior população até o ano de 1825. (SILVA, 2015, p.5). Com as terras usurpadas os povos indígenas tiveram que buscar novas formas de se reorganizar. De acordo com a história contada pelo cacique Ivanildo Kaxagó, o processo de expropriação que sofreram os obrigaram a saírem de suas terras e passaram a ser amparados pelos Kariri de Porto Real do Colégio-AL e os Xocó de Porto da Folha-SE. De acordo com Silva (2015), o grupo que se denominou Kaxagó passa a ser reconhecido como Kariri-Xocó se apresentando com esse etnônimo.

Desde 2004, os Kaxagó relatam casos de discriminação sofrida dentro da comunidade Kariri-xocó. A partir de conflitos internos com o grupo Kariri-Xocó, os Kaxagó afirmam estarem em situação de vulnerabilidade econômica, uma vez que não dispõem de extensões suficientes de terra para prover o sustento da comunidade.

A etnia Kaxagó requer que a FUNAI adquira uma área localizada no estado de Sergipe para que a comunidade possa se estabelecer. Em uma conversa que tive com o cacique Ivanildo Kaxagó a principal pauta foi à necessidade das famílias Kaxagó com relação à compra da terra. Para as famílias a aquisição das terras é de extrema importância, pois algumas delas se encontram em situação complexa, principalmente aquelas que vivem da agricultura e não tem terra suficiente para prover o sustento.

Sendo assim, para os Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó escolha dos territórios está relacionado um lugar que proporcione segurança em vários aspectos da vida desses grupos étnicos. Nesse sentido, são construídas relações entre as famílias e o ambiente, que levam em consideração condições ecológicas (Barbosa da Silva, 2009), ou seja, das condições que proporcionam a sobrevivência do grupo.

Uma conversa que tive com os Kaxagó, pode servir como exemplo para compreender como as condições ecológicas são importantes para esses grupos. Segundo o cacique Ivanildo, as terras que pertenceram aos Kaxagó em Pacatuba não servem mais para eles, porque elas estão deterioradas e atualmente nessas a terra só crescem coqueiros, o que não faz parte da cultura Kaxagó. “Nós tem a cultura de plantar ervas medicinais, de plantar ervas que dê a semente pra nós fazer nossos colar, plantar planta que dê nossos cocal, como tá ali a palha, que dê uma sustentabilidade pra nossa comunidade, com a realidade do nosso povo” (cacique Ivanildo, 2024). Com isso, é possível observar a importância das condições ecológicas apropriadas para o desenvolvimento das comunidades.

Durante algumas conversas que tive com os Fulkaxó e Kaxagó fui percebendo que os laços construídos entre grupos familiares podem mudar com o passar do tempo, a relação dos grupos domésticos com o ambiente em que vivem sempre está em processo de transformação, o que foi exacerbado durante minha inserção no campo, quando pude de fato perceber que as relações estabelecidas pelos povos indígenas são complexas, e em

diversos momentos passam por processo de transformação. Sendo assim, as relações estabelecidas entre eles são fluidas e não fixas, estão sempre se reelaborando.

A partir desse ponto começo trabalhando a ideia de grupos domésticos como sendo unidades de convivência, produção e consumo. Para isso faço uso das ideias de Wilk (et. al., 1984a) quando ele fala sobre a organização doméstica agregada flexível que pode ser usada para compreender como os grupos domésticos definem suas atividades, cooperam entre si e constroem relações e atividades tanto internas como externas com o intuito de beneficiar o grupo. Cada grupo doméstico se organiza no espaço conforme seus interesses pessoais, como também pelas relações estabelecidas com o ambiente em que estão inseridos. (Nascimento, 2019, p. 39). Os grupos domésticos são compreendidos como sendo unidades sociais cuja lógica de orientação conformam um eixo fundamental, a partir do qual ganha sentido o uso dos espaços territoriais (BARBOSA DA SILVA, 2009). Já as famílias são pensadas como agrupamento genealógico de grupos domésticos que podem se organizar para tornar unidades políticas singulares, com autonomia, território e etnônimo próprio.

Ao longo da pesquisa fui identificando a trajetória e atuação de famílias que deram os primeiros passos na formação das comunidades Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó. O movimento realizado por essas famílias leva em conta não só a questão espacial, mas também os fatores que estão por trás dessa ação, bem como as relações que são construídas pelos sujeitos que atribuem significado aos seus deslocamentos e que mesmo com o processo de movimentação mantém vínculos com os espaços que vivem.

No decorrer do texto são abordados os processos de mobilidade e dinâmica territorial realizada pelos Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó, como estes estão ocupando novos territórios e se reconhecendo como grupos étnicos. Abordo como tais famílias que estão se movimentando entre Alagoas e Sergipe e estão reivindicando novos territórios e como esse processo é marcado por conflitos. Mas também abordo o modo como esses conflitos têm levado essas famílias a um processo de reelaboração sociocultural amplo.

A partir dos trabalhos que venho desenvolvendo com as comunidades Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó, é possível perceber que a organização social dessas comunidades é formada por uma intensa dinâmica de aproximação, separação e reaproximação entre os grupos domésticos e as famílias (coletivos de grupos domésticos). A partir das relações

que são estabelecidas entre as comunidades e o território, esses grupos étnicos acabam desempenhando o papel de ressignificar as formas de interagir um com o outro, e a partir disso redesenham suas fronteiras étnicas.

Referências:

ARAÚJO, Marianna de Queiroz. Household ecology, environments and technical processes among the Potiguara of Jaraguá village (Paraíba, Brazil). *Vibrant* v.16 e16502 <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412019v16d502>. 2019.

BARBOSA DA SILVA, Alexandra. 2009. Entre a aldeia, a fazenda e a cidade: ocupação e uso do território entre o Guarani de Mato Grosso do Sul. *Tellus*, 16: 81-104.

Grupo indígena Fulkaxó passa a ter terra oficial em Pacatuba SE. Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca. Governo do Estado de Sergipe. 2024. <https://seagri.se.gov.br/grupo-indigena-fulkaxo-passa-a-ter-terra-oficial-em-pacatuba-se/>. Acesso em 05 de julho de 2024.

LITTLE, Paul Elliot. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. Textos de história. Revista de Pós-Graduação em História da UNB. Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

MP ajuíza ação para cobrar assentamento de indígenas Pankariri em área adequada. Ministério Público Federal. 2023. <https://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-ajuiza-acao-para-cobrar-o-assentamento-de-indigenas-pankariri-em-area-adequada>. Acesso. 25 de fev. de 2024.

MPF/SE requer aquisição de terras para etnia Kaxagó. 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mpf-se-requer-aquisicao-de-terras-para-etnia-kaxago/100025647>. 15 de fev. 2024.

NASCIMENTO, Maria Elita do. “Aldeados” versus “Desaldeados”: dinâmica territorial, parentesco e ecologia doméstica entre os Potiguara da Paraíba. 2020.123 f. Monografia (Bacharel em Antropologia) – Centro de Ciências Aplicadas, Curso de Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2019.

NETO, Rodrigues Câmara; BRANDÃO, Alessandra Gomes. **Formação e cultura de um povo indígena: o caso dos kariri-xocó**. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo /organização João Pacheco de Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2022.

Relatório Circunstanciado de Constituição da Reserva Indígena Fulkaxó. Portaria nº 1.104/Pres/Funai de agosto de 2018. Antropólogo coordenador: Ivson José Ferreira. Brasília, 30 de outubro de 2019.

SANTANA, Pedro Abelardo de. Extinção de aldeamentos e resistência indígena em Sergipe: 1840-1860. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Maria Alane dos. O conhecimento e o dom: uma etnografia dos curadores e rezadores Kariri-Xocó. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVA, Edvanio Sampaio da. ETNIA KARIRI-XOCÓ: ETNÔNIMO KAXAGÓ. 2015. 14 f. Artigo Científico (Licenciado em História) - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena em História do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena/PROLIND, Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios, 2015.

Terras Indígenas no Brasil. Terras indígenas Kariri-Xocó. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3724#direitos>. Acesso em 08 de jul. de 2024.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; MUNHÓS, Luyse Vilaverde Abascal. Mobilidade Guarani e territorialidade nas fronteiras de Mato Grosso do Sul: o pluralismo jurídico

comunitário-participativo. Revista Direito UFMS | Campo Grande, MS | v.3 | n.1 | p. 129 - 150 | jan./jul. 2017.

WILK, Richard, et al 1984. "Introduction". In R. McC. Netting; R. R. Wilk; E. J. Arnold (editors), Households. Comparative and historical studies of the domestic group. Berkeley: University of California Press.